

## Destino de verba agita subcomissão

**Brasília** — As verbas públicas destinadas à educação devem ser repassadas, exclusivamente, para o ensino público, ou também subsidiar a rede particular? A questão, considerada como a mais polêmica da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes foi debatida pela primeira vez e já acirrou os ânimos dos constituintes. O deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), que defendeu a concessão de verbas exclusivamente para o ensino público, recebeu o apoio da maioria dos parlamentares, e teve um único opositor, o deputado Alvaro Valle (PL-RJ).

— Não sou a favor das verbas públicas para o ensino público, mas para a educação de forma geral — disse Alvaro Valle, fazendo questão de “quebrar a aparência de unanimidade” sobre a questão. Isolado, o presidente do PL teve todas as suas justificativas refutadas pelos outros parlamentares. “Essa história de que o ensino público sai mais caro que o da rede particular é bobagem, pois o que é descontado no imposto de renda com essa desculpa poderia subvencionar milhares de estudantes em escolas do governo”, atacou o deputado Chico Humberto (PDT-MG).

O deputado Pedro Canedo (PFL-GO), em sua intervenção no final da reunião, apoiou os deputados Ubiratan Aguiar e Chico Humberto: “Verbas públicas para ensino público”, sentenciou. Alvaro Valle, ao defender sua proposta, argumentou que “inúmeras estatísticas” comprovam a dispendiosidade do ensino público.

“Desconfio dessas estatísticas, em sua maioria sem crédito, que não identificam o autor ou em que se basearam”, refutou o deputado Gumercindo Milhomem (PT-SP). Pedro Canedo, que também é vice-presidente da subcomissão, foi ainda mais longe: ele defendeu a exclusividade do ensino público, restringindo até a subvenção das escolas militares.

## Deputado só quer boi no Pantanal

**Brasília** — Os 200 mil quilômetros quadrados do Pantanal Mato-grossense poderão ser transformados no primeiro território federal ecológico brasileiro. Com isso, não será mais necessário desapropriar fazendas para a criação de reservas ambientais, a agricultura será tolerada apenas como meio de subsistência, e a única atividade econômica permitida será a pecuária extensiva. A administração será semelhante à de Fernando de Noronha, e poderá ficar a cargo do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

A idéia é do ex-governador do Mato Grosso, deputado Júlio Campos (PDS/MT), que já a encaminhou à mesa da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente como sua contribuição para a nova Constituição. Preocupado com a ecologia e a preservação do Pantanal, Júlio Campos se considera “um homem pantaneiro”, que conhece a fundo os problemas da região. Afinal, além de mato-grossense, ele possui uma fazenda de 8 mil 300 hectares às margens do rio Piquiri, divisa dos dois estados de Mato Grosso, onde cria 3 mil 115 cabeças de gado Nellore.

### VERDE CONTRA

O deputado Fabio Feldman (PMDB-SP), único eleito pelas chamadas “listas verdes” dos ecologistas, será um misto de aliado e adversário de Júlio Campos. Feldman considera a criação do território “um absurdo”, mas concorda com a necessidade de sua preservação. “A vocação do Pantanal é de preservação ambiental, não de criação de gado. Há vários estudos, que comprovam a inadequação da pecuária para a região, pois com as cheias milhares de cabeças morrem sob as águas”, refuta Feldman.

ANC 88  
 Pasta 16 a 23  
 Abril/87  
 090

